

CNTU *promove debate* sobre indústria nacional

Fotos: Beatriz Amada



O tema entrou em pauta na atividade realizada em 29 de junho último, no auditório do SEESP, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados. Com visões díspares e até antagônicas sobre como promover o crescimento do setor, os economistas Antonio Corrêa de Lacerda, Maílson da Nóbrega e Anita Kon apontaram, entre outras medidas a serem tomadas, a redução da taxa de juros e o estímulo ao investimento, a reforma tributária e o aumento da produtividade.

Página 5

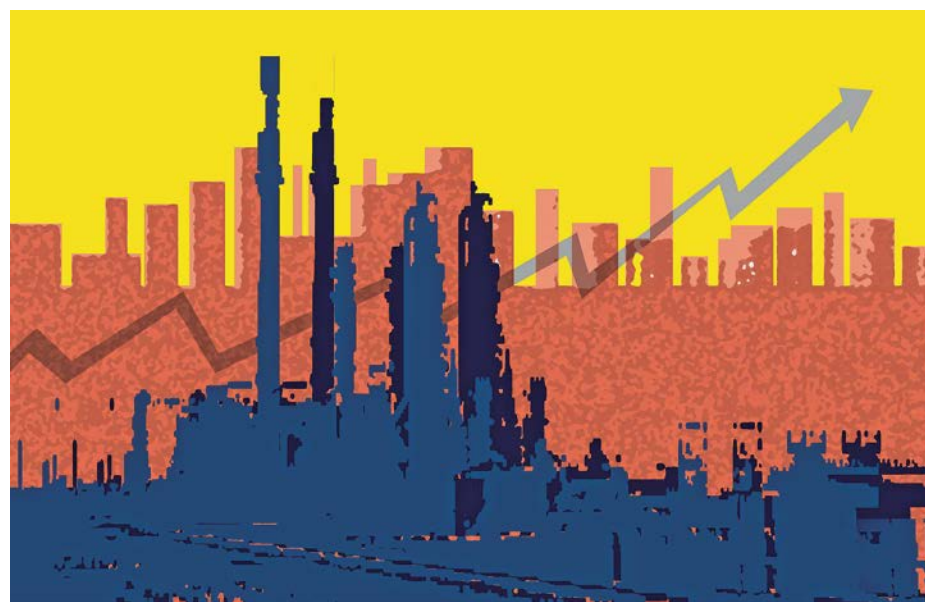


CNTU: *representação fundamental*

CRIADA NO FINAL DE 2006, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) nasceu de uma necessidade premente de representação por parte das categorias que hoje a entidade abrange (economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas). Como quadros técnicos inseridos no sistema produtivo e no serviço público ou como cidadãos que desejam atuar pela construção de um País melhor, esses profissionais ansiavam por um canal qualificado que pudesse encampar suas reivindicações. Tendo essa demanda colocada claramente e a diversidade de lutas das federações e sindicatos que abriga, a CNTU conseguiu traçar uma estratégia de trabalho baseada nesses princípios: defender os legítimos interesses dos seus representados e debater os problemas nacionais fazendo um diagnóstico tão preciso quanto possível, mas, sobretudo, propondo soluções e alternativas.

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

Por fim, embora focada nas pautas dos profissionais de formação universitária, a confederação desde sempre se alia à pauta mais ampla do movimento sindical brasileiro e global, convicta da necessidade de solidariedade entre os trabalhadores. Assim, não tendo ainda completado uma década de atividades, a CNTU vem conseguindo construir uma agenda qualificada sobre o futuro não só das nossas profissões, mas do País como um todo (<http://goo.gl/dFWYNo>). Um exemplo desse esforço bem-sucedido foi o seminário “O desafio de reindustrializar o Brasil”, realizado em 29 de junho último, em São Paulo. Com participação dos economistas Maílson da Nóbrega, Antonio Corrêa de Lacerda e Anita Kon, a atividade proporcionou um debate de altíssimo nível sobre quais as saídas ao atual momento de crise (*leia matéria na página 5*). O evento foi uma iniciativa do Departamento de Conjuntura Econômica da CNTU que, juntamente com outros 14 lançados em março último, reforça a atua-



ção da entidade (<http://goo.gl/5F1xyS>). Na mesma linha, já estão agendadas atividades de Relações Internacionais, em 27 e 28 de agosto próximo, em São Paulo; de Formação Sindical, em 15 e 16 de outubro, na cidade de Maceió/AL, e do Jovem Profissional, nos dias 1º e 2 de dezembro, também na Capital paulista (<http://goo.gl/pdYkoA>). Essa excelente dinâmica de trabalho vem sendo possível graças ao engaja-

mento dos dirigentes da CNTU, das federações e dos sindicatos filiados, que têm sido capazes de mobilizar uma rede valiosa que já soma cerca de 2 milhões de profissionais em todo o País. Esse contingente de trabalhadores qualificados e cidadãos comprometidos com a construção de uma nação justa e desenvolvida são a força que vem tornando a CNTU cada dia maior e desposta a travar o bom combate.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de julho de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Engenheiros devem ter carreira própria e receber piso da categoria

Gley Rosa

CONFORME O PARÁGRAFO 3º do artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as chamadas categorias diferenciadas, como a dos engenheiros, se caracterizam, em sua individualidade, por força de estatuto profissional ou em consequência de condições de vida singular, ou seja, independentemente da atividade econômica em que se exerça o trabalho.

No mesmo sentido, Valentin Carrion (In: Carrion, Valentin, *Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho*, Editora Saraiva, 29ª ed., São Paulo, p. 414) define: “Categoria profissional diferenciada é a que tem regulamentação específica do trabalho diferente da dos demais empregados da mesma empresa, o que lhes faculta convenções ou acordos coletivos próprios, diferentes dos que possam corresponder à atividade preponderante do empregador, que é a regra geral.”

Como conclusão, à luz da CLT e da doutrina, a maioria dos trabalhadores pertence a uma categoria identificada pela atividade principal do empregador, enquanto a categoria dos engenheiros, diferenciada, não tem qualquer relação com essa atividade, mas sim com a profissão, por seus estatutos jurídicos ou condições outras especialmente estabelecidas.

As empresas, para tentar fugir da obrigação do pagamento do salário inicial da

categoria dos engenheiros, o piso estabelecido pela Lei Federal 4.950-A/66, estão aplicando o artifício do “mix”, ou seja, mudam o título do cargo de engenheiro para qualquer outro e incluem, nessa nomenclatura, outras categorias, como técnicos, tecnólogos, arquitetos e outros, transformando-os em possíveis vítimas de processo por exercerem ilegalmente as atividades exclusivas da engenharia e, por essa razão, enquadrando-os na alínea “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66, descaracterizando quem realmente faz engenharia.

Exemplos

Prefeitura de São Paulo – cargo atual: Engenheiro; cargo proposto em PL: Analista de Desenvolvimento Urbano.

Vivo/Telefônica – cargo atual: Engenheiro (aproximadamente 100 profissionais); cargo alterado para Analista.

CET – cargo anterior: Engenheiro; atual: Gestor de Trânsito. Pleito do SEESP: retornar ao cargo de origem com plano de carreira.

Quando o ministro Francisco Rezek esteve no sindicato e foi arguido sobre qual o seu entendimento sobre essa atitude das empresas, ele foi categórico. Afirmou que é um descumprimento à lei.

Diante desse quadro, os negociadores do SEESP têm feito todo o esforço possível para orientar as empresas a criarem uma carreira específica para os engenheiros com plano de cargos e salários condizentes com a categoria e pagamento de salários iniciais conforme o piso estabelecido na Lei 4.950-A/66.

Gley Rosa é 1º vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP no Alto Tietê



FUNDAMENTALISMO

AJUSTE NOSSO QUE ESTAIS NO CÉU, SACRIFICADO SEJA O VOSSO CONTINGENCIAMENTO.



SEJA CORTADO À VOSSA VONTADE, ASSIM NO ORÇAMENTO, COMO NOS ESTADOS



A TESOURA NOSSA DE CADA DIA NOS DÁ HOJE A NOSSA ECONOMIA.



PERDOAI OS NOSSOS GASTOS, ASSIM COMO PERDOAMOS A QUEM GASTOU.



E NÃO NOS DEIXEI CAIR EM GASTANÇA, LIVRAI-NOS DO DÉFICIT, AMÉM.



MARINGONI

LEVY, VOCÊ ACHA QUE DÁ CERTO, MESMO?



SÓ SE HOVER MAIS SACRIFICIOS...



Continua disputa por controle do Porto de Santos

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



TV digital brasileira: qualidade em alta, interatividade em baixa

Deborah Moreira

A CHEGADA DO Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) em todas as telinhas do País dará um salto qualitativo na transmissão de dados. Porém, seu grande diferencial, a interatividade, ainda ficará aquém do esperado.

Até o final de 2018, o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, prevê o desligamento do sinal analógico da TV em todo o território nacional. Para tanto, foi estabelecido um cronograma por região. O Estado de São Paulo será o terceiro da lista cuja migração ocorrerá integralmente, no dia 15 de maio do próximo ano (confira relação completa em <http://goo.gl/YFWuc>).

A obtenção do sinal digital se dá via antena UHF (externa, interna ou coletiva) conectada diretamente em um televisor com conversor embutido ou comprado separadamente. É possível ainda a recepção em pontos móveis ou portáteis. A imagem em alta definição do sistema digital é conhecida por Full HD – seis vezes melhor do que a das antigas televisões de tubo.

Atualmente, os padrões de conversores possuem perfis A ou B, que são limitados, com pouca interatividade. O que obrigatoriamente deverá ser adotado é o chamado perfil C, que tem capacidade maior de *hardware*, memória permanente (não volátil), que roda

mais de um vídeo ao mesmo tempo, e acesso à internet. “Esse permite aplicações mais complexas através do Ginga. Chegou-se a isso graças à experiência do Brasil 4D, projeto piloto do governo federal, implantado na Paraíba e no Distrito Federal, pela Empresa Brasileira de Comunicações, a EBC”, relata o pesquisador Luiz Fernando Gomes Soares, professor do Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e coordenador do Laboratório TeleMídia, responsável pelo desenvolvimento do *middleware* Ginga (programa de computador que faz a mediação entre o *software* e demais aplicações, garantindo-lhes mais agilidade). Na forma atual, esse vem sendo desenvolvido desde 2006, após a definição da adoção do padrão japonês *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* (ISDB-T), e permite a transmissão de dados digitais em alta definição (HDTV) a partir de estudos de sistemas de hipermídia, pelo TeleMídia, para atender os princípios da TV digital brasileira: interatividade, mobilidade, portabilidade, alta definição e multiprogramação. No entanto, a linguagem usada como base existe há mais de 20 anos: a *Nested Context Language* (NCL) – *software* livre que se somou ao padrão japonês permitindo uso de receptores de baixo custo e de aplicações em novos programas de TV sem impor limites à capacidade criativa de seus produtores.

Para evitar o chamado apagão da TV aberta, com a mudança do sinal, o governo distribuirá o conversor do perfil C para 14 milhões de inscritos no programa Bolsa Família, possibilitando o acesso à internet via conexão com um *modem* – que, contudo, deverá ser comprado, além de ser preciso pagar pelo acesso à rede. Até agora, entretanto, as empresas não apresentaram propostas para a fabricação do equipamento.

Reconhecimento e limitações

Em 2009, o sistema digital Ginga NCL foi o primeiro a ser reconhecido integralmente pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) – ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) – como padrão, a qual desde então o recomenda aos demais países. Atualmente, encontra-se em mais de

40 milhões de aparelhos de TV em países como Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Peru, com os perfis A e B. Rafael Diniz, que integra a equipe do TeleMídia, lembra que o Ginga NCL prevê uma interação muito além do que já foi feito no País e no mundo. “Você pode, por exemplo, modificar a apresentação de um conteúdo de áudio e vídeo, enviar contribuições para um programa de TV, escolher a câmera que prefere assistir ou até mesmo a narrativa que quer seguir em uma novela ou documentário. Ver a cena a partir do olhar de um determinado protagonista, por exemplo”, detalha o pesquisador.

No entanto, até agora, as emissoras de TV não divulgaram nenhum investimento em produção para garantir a interatividade, o que denota que as potencialidades do Ginga ainda não foram todas descobertas, como observa Diniz. Para Gésio Passos, do Coletivo Intervozes de Comunicação, investir em novas produções é o que as emissoras menos querem. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) justifica a ausência de inversões: “As emissoras estão cumprindo a lei, mas como não há políticas públicas voltadas para a indústria de receptores, todo e qualquer esforço nesse sentido é prejudicado.”

A limitação de acesso à internet é ainda argumento para a baixa interatividade. Essa é garantida pelo Brasil 4D, que oferece serviços de governo eletrônico como marcação de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS) e acesso a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Coordenadora de Conteúdo e Produção desse projeto, Cristiana Freitas explica que 90% de seu conteúdo dispensa internet. “Quando você reúne transmissão de dados com a de áudio e vídeo digital na TV, é possível transmitir uma série de dados a partir de uma interação remota, que não necessita da banda larga.”

Outro ponto comprometido na transição, de acordo com o Intervozes, é a multiprogramação. O governo optou por estabelecê-la somente nos canais consignados a órgãos e entidades integrantes dos poderes da União, como as TVs legislativas e públicas, a exemplo da *TV Brasil*. “Perdemos a chance de democratizar a comunicação no Brasil”, lamenta Passos.

Até final de 2018, sinal analógico será desligado integralmente no País. Contudo, especialistas constataam que ainda há limitações na transição.



José Cruz/Agência Brasil

Brasil 4D atualmente em teste na cidade de Samambaia (DF). O aplicativo da TV Brasil estará disponível em todo o País, acompanhando o cronograma de desligamento do sinal analógico do governo federal.

Reindustrializar PARA PAÍS SE DESENVOLVER

Soraya Misleh

RECUPERAR A ATIVIDADE produtiva é fundamental ao crescimento socioeconômico sustentável do País, que vive um processo de desindustrialização. A conclusão ficou evidente durante o seminário “O desafio de reindustrializar o Brasil”, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), por meio de seu Departamento de Conjuntura Econômica, na sede do SEESP, em São Paulo, em 29 de junho último.

Não obstante, entre os palestrantes, expressaram-se diferenças entre o porquê dessa situação e as ações para revertê-la. Participaram como expositores os economistas Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Anita Kon, coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia desse programa, além de Maílson da Nóbrega, ministro da Fazenda entre janeiro de 1988 e março de 1990 e atualmente consultor na área.

À abertura, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da CNTU – que também está à frente do SEESP –, destacou o engajamento da confederação na discussão de questões importantes à sociedade brasileira, entre elas a premência da reindustrialização. O diretor da entidade e coordenador do seu Departamento de Conjuntura Econômica, Waldir Pereira Gomes, lembrou no ensejo que “a fotografia da economia é preocupante. O PIB tem variação negativa próxima de 1,5% e a perspectiva é de crescimento pífio em 2016. A inflação, mais perversa às classes de rendas mais baixas, está em torno de 9% ao ano e cresce o desemprego, em 7,8%, sobretudo entre os mais jovens.”

Diante desse panorama, Lacerda foi categórico: “O desafio de reindustrializar o Brasil é estrutural. Nos últimos dez, 15 anos, vimos evoluir grande mercado de consumo, mas baseado nas importações. Isso, portanto, não foi acompanhado de desenvolvimento industrial – e não por falta de capacidade física para atender a demanda. Nos acomodamos enquanto sociedade de consumo, e não de produção e investimento.” Com a

queda global do mercado de *commodities* e a mudança da política cambial norte-americana – resultando na desvalorização do real em relação ao dólar, o que inibiu as importações –, frisou: “Este ano, temos uma recessão que deve se estender até 2016.” Para complicar, Lacerda apontou a forma equivocada com que se propôs o ajuste fiscal, com “elevação brutal da taxa de juros”. E completou: “um convite à especulação e desestímulo à produção e ao investimento”.

Na sua análise, o País ficou mais dependente de fontes públicas de financiamento, particularmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual, contudo, “tem seus limites”. Ele ratificou: “A única fonte de longo prazo está com os braços atados. E a situação adversa aumentou o *déficit* de conta corrente. Como consequência, o PIB vai cair 2% este ano e o investimento, perto de 10%.”

Os indicadores conjunturais da indústria, diante das escolhas feitas, são muito negativos. No geral, a queda é de 5% e em bens de capital, 10%, de acordo com Lacerda. Mas ele foi enfático: “O Brasil tem todas as condições de reverter esse processo. É preciso ajustar os macropreços, com a redução da taxa de juros, mas é fundamental promover mudança estrutural. A política industrial tem que ser de Estado, de longo prazo. O País tem uma demanda reprimida enorme do ponto de vista de investimentos em logística e infraestrutura, é preciso carrear recursos privados.” Criticando os interesses partidários acima dos nacionais e certa “má vontade” com o atual governo federal, Lacerda concluiu: “Espero que o terceiro turno das eleições termine logo para

que a gente volte a trabalhar, senão não vai haver reindustrialização.”

Mais produtividade e inovação

Para Maílson da Nóbrega, todavia, a chave para a reindustrialização não passa por rever os macropreços ou por definir uma política específica para o setor, mas por ampliar sua produtividade e, com isso, sua competitividade. Na visão do ex-ministro, requer capacitar a mão de obra, resolver o “caótico sistema tributário” e questões como logística. Além disso, elevar acordos de comércio com outros países, abrir espaço ao investidor privado para ampliar a infraestrutura e realizar a reforma trabalhista. Ele se posicionou ainda a favor da terceirização, inclusive para atividades-fim, como forma de incrementar a produtividade na indústria – argumento que foi rebatido por sindicalistas na plateia e por Lacerda.

Anita Kon reiterou que “não temos condições de competir com preços e escala” devido às deficiências em logística. Para ela, é preciso uma política industrial que integre questões de micro, macro e mesoeconomia, de curto, médio e longo prazos, bem como os setores público e privado. Tal política deve ainda, conforme Kon, pensar saídas para problemas como a baixa taxa de inovação. “As condições de pesquisa e financiamento são muito tímidas, e o coeficiente de importação de tecnologia é muito elevado.” Isso tem a ver, também na sua ótica, com o baixo nível de formação de mão de obra. “É necessário qualificá-la.”

CNTU colocou tema em pauta em seminário realizado em São Paulo, marcado por diversidade de opiniões e análises.



Da esq. para a dir., Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Waldir Gomes, Pinheiro, Lacerda, Nóbrega e Kon.



TRABALHADORES DEFENDEM FÓRMULA 85/95

Rosângela Ribeiro Gil

A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF vetou, em 17 de junho último, emenda à Medida Provisória (MP) 664/14, de autoria do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que instituiu a fórmula conhecida como 85/95 como alternativa ao fator previdenciário. Por essa regra, o trabalhador teria direito à aposentadoria integral, sem redução do benefício, quando sua idade e tempo de serviço somassem 85 anos, no caso das mulheres, e 95, no caso dos homens. A contribuição mínima deveria ser de 30 e 35 anos, respectivamente.

No lugar da proposta aprovada pelo Congresso, o governo editou a MP 676 que altera a Lei 8.213/91, relativa aos Planos de Benefícios da Previdência Social, implementando a mesma fórmula, mas com uma tabela de progressividade, que chega a 90/100 em 2022 (veja abaixo).

Em nota unitária, as centrais sindicais brasileiras rejeitaram a introdução da progressividade. A estratégia é pressionar deputados e senadores a derrubarem o veto presidencial – que deverá ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, a partir de agosto próximo, segundo informação da Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Se isso não for possível, a luta é para que a MP 676 seja aprovada sem o dispositivo da progressão. As centrais sindicais já solicitaram audiências com os presidentes do Senado e da Câmara Federal para discutir o assunto.

Para o presidente do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros

“Não é admissível que o governo continue impondo regras que dificultem o acesso ao benefício”, ressalta Murilo Pinheiro, presidente do SEESP.

Desvantagens

Conforme explica o economista Luciano D’Agostini, a partir de 2017, a MP 676 implementa uma tabela progressiva de pontuação que depende da idade, do tempo de contribuição e da expectativa de vida. “Para os homens, começa em 95 em 2016 e se estende até 100 em 2022. Para a mulher, vai de 85 a 90.” Um exemplo seria uma mulher com 45 anos de idade e 20 anos de contribuição em 2015, que poderia se aposentar e ter 100% do benefício quando atingisse 30 anos de contribuição. Portanto, teria direito à aposentadoria integral em 2025. Com a progressão, isso só será possível em 2028, sem interrupção na contribuição, calcula D’Agostini.



(FNE), Murilo Celso de Campos Pinheiro, é preciso lutar por regras mais justas para a aposentadoria. “É um direito ao qual o trabalhador fez jus com anos de esforço e suor. Não é admissível que o governo continue impondo regras que dificultem o acesso ao benefício. Manter a fórmula 85/95 tal como aprovada no Congresso seria a solução para dar estabilidade a essa questão”, defende.

Segundo o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, a MP já recebeu mais de 180 emendas, boa parte pedindo a supressão da progressividade (<http://goo.gl/HkCuuZ>). Já o senador Walter Pinheiro (PT-BA) propõe o recálculo do benefício para os segurados que até 17 de junho último tenham se aposentado por tempo de contribuição com a aplicação do fator previdenciário de modo a serem enquadrados na fórmula 85/95, se tiverem cumprido seus requisitos.

A MP 676 vai começar a tramitação por comissão mista especial, instalada no dia 8 de julho último, que tem na Presidência o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) e como relator o deputado Afonso Bandeira Florence (PT-BA). Se passar, a matéria seguirá para o plenário da Câmara e depois para o do Senado. Ela tem que ser aprovada em 60 dias, prorrogáveis por mais 60, a partir da sua publicação. Caso isso não ocorra, perderá validade por decurso de prazo.

Confira a tabela a partir de 2017

	Mulheres	Homens
2017	86	96
2018	86	96
2019	87	97
2020	88	98
2021	89	99
2022	90	100

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

OIT prevê 20 milhões de “empregos verdes” até 2030



EM ENTREVISTA AO **Jornal do Engenheiro**, a consultora de Apoio ao Candidato e à Carreira da Catho, Elen Souza, falou sobre o mercado de trabalho para a engenharia ambiental, citando, inclusive, o relatório “Empregos verdes” (leia em <http://goo.gl/3VVxto>), de 2008, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que indica a criação de pelo menos 20 milhões de empregos ligados às práticas ambientais responsáveis, caso sejam investidos US\$ 630 bilhões até 2030 no setor de energias renováveis.

Como a engenharia ambiental tem se beneficiado com o apelo pelo desenvolvimento sustentável?

Frente à nova realidade mundial, o mercado está bastante promissor. Para atingir o desenvolvimento sustentável e manter a lucratividade das empresas, a engenharia ambiental atua em várias frentes, trabalhando com a questão da preservação da água, ar e solo, tratamento correto do lixo e recuperando áreas degradadas. A crise hídrica e a necessidade de sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico nos centros urbanos também aumentam a importância desse profissional. Segundo a OIT,

até 2030, serão criadas 25 milhões de vagas ligadas às práticas ambientais responsáveis. No Brasil, temos aproximadamente 2,6 milhões de empregos ligados a essa área, correspondendo a 6,6% dos empregos formais.



Quem procura esses profissionais?

Há grandes demandas em multinacionais, empresas de assessoria e consultoria ambiental, órgãos públicos, institutos de pesquisa e universidades, além de organizações não governamentais.

Qual o perfil requisitado pelo mercado de trabalho?

Buscam-se profissionais com boa formação acadêmica e habilidades múltiplas, para conduzir processos, interagir com interlocutores diversos e desenvolver ações em parceria com as áreas de Segurança do Trabalho e de Saúde.

Dicas

A colocação profissional em momentos de crise

O setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP observa que, neste ano, o País vive um cenário de desaceleração e fechamento de postos de trabalho na indústria e em empresas nas áreas de petróleo e gás e construção civil. “Setores de tecnologia, serviços, finanças e agronegócio oferecem uma perspectiva mais positiva, mas não estão imunes à situação”, avalia Mariles Carvalho, coordenadora do departamento.

Nestes tempos difíceis, as oportunidades diminuem, os salários ficam mais baixos, o período de recolocação aumenta, os processos seletivos ficam mais competitivos e exigentes. Para enfrentar a situação, Carvalho e sua equipe dão algumas sugestões:

Atitude

Entenda a realidade e pense quais habilidades ou características pessoais podem lhe ajudar a se recolocar. Por exem-

plo, flexibilidade, inovação, carisma, criatividade, poder de negociação etc.

Conhecimentos

Revise quais características o tornam mais competitivo – principais projetos, áreas e experiências que podem ser um diferencial. A partir disso, refaça seu currículo.

Mercado de trabalho

Analise qual a situação da área em que atua no momento e como a crise a afeta. Busque informações de diversas fontes, converse com colegas de profissão.

Para mais informações ou orientação, entre em contato com o setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP pelos e-mails emprego@seesp.org.br, oportunidades2@seesp.org.br e oportunidades@seesp.org.br e telefones (11) 3113-2666/2669/2674.

Qualificação

Curso de energia heliotérmica



O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, está com inscrições abertas para o curso sobre energia heliotérmica, que começa a partir de agosto em São Paulo. Serão duas disciplinas, uma destinada a uniformizar conhecimentos científicos básicos necessários aos alunos e outra sobre a tecnologia da energia heliotérmica, também conhecida como *Concentrating Solar Power* (CSP).

A primeira parte do curso acontece de 22 de agosto a 19 de dezembro próximos e será ministrada por conceituados professores brasileiros. A segunda terá como docente um especialista da Alemanha, entre os dias 15 e 19 de fevereiro de 2016, com aulas em inglês, sem tradução simultânea. Ao final do curso, serão selecionados os dois melhores alunos para participar de um estágio na Alemanha com as despesas pagas.

A carga total é de 75 horas, e o valor é de R\$ 2 mil (consulte parcelamentos e formas de pagamento). Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3254-6874 ou e-mail educont@isitec.edu.br.



Consulesa francesa participa de encontro no SEESP



Beatriz Amêdia

Consulesa Alexandra Baldeh Loras é recebida pelo presidente Murilo Pinheiro.

O presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e diretores receberam a consulesa da França, Alexandra Baldeh Loras, na sede da entidade, na Capital paulista, no dia 25 de junho último. Ela veio participar do Encontro da Sociedade Negra Paulista. O objetivo do evento, segundo os organiza-

dores, foi promover a visibilidade, socialização e valorização dos negros brasileiros. A atividade reuniu personalidades como artistas, jornalistas, formadores de opinião e políticos que se destacam com ações culturais e contribuem para o desenvolvimento humano, promovendo a cultura e a inclusão social.

Feira de saneamento acontece em agosto

A Associação dos Engenheiros da Sabesp (AESabesp) promove entre 4 e 6 de agosto, no Pavilhão Vermelho do Expo Center Norte, em São Paulo, a Feira Nacional de Saneamento Ambiental (Fenasan) 2015. Realizada anualmente, será em conjunto com o 26º Congresso Técnico AESabesp, que terá como tema “A crise da água e suas consequências no séc. XXI”. A feira é gratuita e é considerada o maior evento técnico e mercadológico do setor de saneamento na América Latina. Espera-se cerca de 20 mil visitantes. O evento tem o apoio institucional do SEESP. Informações em www.fenasan.com.br.

Imóveis adquiridos na planta descartam pagamento de comissão de corretagem

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) divulgou decisões favoráveis aos consumidores que vêm reivindicando o não pagamento da comissão de corretagem e taxa de Serviços de Assessoria Técnico Jurídico Imobiliária (Sati) por imóveis comprados ainda na planta. Entre as justificativas está o fato de que vincular

o pagamento dessas taxas com o do imóvel é considerado pelo Código de Defesa do Consumidor venda casada. De acordo com o advogado especialista em Direito Imobiliário, Nelson Noronha, o TJ-SP também observa que o trabalho técnico é feito a pedido das construtoras, que, portanto, devem arcar com esses custos.

CNTU realiza seminário internacional de integração

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) realizará em 27 e 28 de agosto a segunda edição do Seminário Internacional de Integração dos Trabalhadores Universitários. O encontro traçará um panorama sobre trabalho e organização sindical na América Latina e no âmbito do Brics – bloco econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ligação Interoceânica e colaboração Sul-Sul estarão na pauta. Serão discutidas estratégias que estimulem a integração entre os profissionais, propiciando o fortalecimento do movimento sindical, a valorização do trabalho e o desenvolvimento sustentável global.

No programa, estão previstos debates sobre a importância e os desafios dos trabalhadores universitários no sindicalismo internacional, no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seu protagonismo na construção do Brics. Um tema especial será a construção do Canal da Nicarágua, nos próximos cinco anos, o qual ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico, através da Nicarágua, na América Central. O seminário será realizado no auditório do SEESP (Rua Genebra, 25 – Bela Vista – São Paulo/SP). Mais informações e inscrições pelos telefones (11) 3113-2634 e (61) 3225-2288 e e-mails atendimento@cntu.org.br e cntu@cntu.org.br.



Campanhas salariais

FecomercioSP

O SEESP e a FecomercioSP assinaram em 7 de julho a Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 dos engenheiros, cuja data-base é 1º de maio. Entre as 22 cláusulas, econômicas e sociais, destacam-se: reajuste salarial de 8,34% e salário normativo nos termos da Lei 4.950-A/66.

Emae

Os engenheiros da Emae, com data-base em 1º de junho, reunidos em assembleia no dia 2 de julho, aprovaram a proposta formulada pelo Núcleo de Conciliação de Coletivos (NCC) do Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região (TRT/SP) para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015.

Entre outros itens, a categoria terá reajuste salarial de 7,6% mais aumento real de 1%; correção nos vales alimentação e refeição de 9%; estabilidade no emprego até a próxima data-base a todos os trabalhadores da empresa, até que se complete o processo seletivo de novas contratações no quadro da própria companhia.

Duke Energy

A categoria aprovou em assembleia no dia 8 de julho proposta para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Entre os itens contemplados, estão: reajuste de 7,5% dos salários e benefícios econômicos; aplicação de reajuste de 0,5% nos salários em janeiro de 2016 e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de 1,15% do lucro líquido.

Divulgação



Reunião de negociação entre representantes do SEESP e da Duke Energy resultou em proposta aprovada.

Companhias Docas

Os engenheiros que atuam nas Companhias Docas aprovaram em assembleia no dia 25 de junho acordo salarial que abrange reajuste de 8,47%. Pela primeira vez, esse – assinado entre os sindicatos das categorias, a Federação Nacional dos Portuários e a Secretaria Nacional de Portos – inclui os trabalhadores das sete empresas portuárias federais. O acordo é válido por dois anos. Além do seu fechamento, será liberada a primei-

ra parcela, no valor de R\$ 20 milhões, como aporte ao Portus (fundo de pensão dos portuários, sob intervenção), com o objetivo de manter o equilíbrio do fluxo de caixa e o pagamento dos benefícios dos trabalhadores assistidos. Ao todo, o fundo receberá aporte de R\$ 333 milhões, por força da Lei de Crédito Suplementar assinada em 30 de dezembro de 2014, valor inscrito no Orçamento da União em 31 de dezembro de 2014.